

# 60 QUESTÕES CESPE

+

# COMENTÁRIOS

**DISCIPLINA:**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**ASSUNTOS:**

**ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PODERES DA ADMINISTRAÇÃO**

**ATOS ADMINISTRATIVOS**

**LICITAÇÕES**

**REG. JURÍDICO DOS SERVIDORES – LEI 8.112/90**

Elaborado por **André Epifanio** (Promotor de Justiça, Autor da Ed. Juspodivm e Coordenador de materiais gratuitos CEJURNORTE) e **Lucas Epifanio** (Direito/CESUPA)



**Olá, amigos, tudo bem?**

Preparamos este material (de treino e aprendizado) que contem um simulado e, logo após, correção/exposição legal e doutrinária “questão por questão” referente às as assertivas que vocês julgarão.

### **Objetivo**

O escopo deste **projeto, 100% gratuito**, é dar ao aluno a possibilidade de:

**a) treinar (respondendo o simulado)**

**b) errar (verificando o gabarito)**

**c) aprender de uma vez por todas com os erros (revisando e aprendendo durante a correção)**

### **Temas propostos:**

- a) Organização da Administração Pública
- b) Poderes da Administração
- c) Atos Administrativos
- d) Licitações e Contratos
- e) Reg. Jurídico dos Servidores Públicos Federais– lei 8.112/90.

### **Proceder de acordo com a dinâmica abaixo:**

- a) Faça primeiramente o simulado (sem consulta e sem intervalos)
- b) **Julgue cada assertiva no tempo máximo 1:30 (um minuto e meio) minuto.**
- c) Corrija o gabarito.
- d) Identifique os erros e recorra aos comentários das questões (no último bloco).

**Desde já, desejamos-lhes uma boa sorte!!!**

## SIMULADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### QUESTÃO 01

2017- CESPE-Órgão: TRF /1- Analista Judiciário Área Judiciária

No que se refere à teoria do direito administrativo, julgue o item a seguir, considerando o posicionamento majoritário da doutrina.

A administração pública, em seu sentido material, compreende as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes que exercem função administrativa. Por outro lado, em seu sentido formal, designa a natureza da atividade exercida por esses entes.

#### QUESTÃO 02

2017-CESPE-Órgão: TRF /1ª REGIÃO- Técnico Judiciário Área Administrativa

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, um órgão classificado como autarquia em regime especial, integra a administração indireta da União.

#### QUESTÃO 03

2017- CESPE-Órgão: TRF - 1ª REGIÃO-Técnico Judiciário Área Administrativa

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

Administração direta remete à ideia de administração centralizada, ao passo que administração indireta se relaciona à noção de administração descentralizada.

#### QUESTÃO 04

2017-CESPE-TRF / 1- Analista Judiciário Área Administrativa

Sérgio foi reprovado em concurso público, mas, por força de decisão liminar obteve sua nomeação e tomou posse no cargo pretendido. Seis anos depois, a medida foi revogada por decisão judicial definitiva e Sérgio foi exonerado pela administração. Nessa situação, ao exonerar Sérgio a administração violou o princípio da proteção da confiança legítima.

#### QUESTÃO 05

2017- CESPE-Órgão: TRF - 1ª REGIÃO- Técnico Judiciário - Área Administrativa

No que diz respeito a organização administrativa, julgue o item que se segue.

Órgão público é ente despersonalizado, razão por que lhe é defeso, em qualquer hipótese, ser parte em processo judicial, ainda que a sua atuação seja indispensável à defesa de suas prerrogativas institucionais.

#### QUESTÃO 06

2015-CESPE-Órgão: MPU-Técnico do MPU



**Julgue o item a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.**

Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.

#### **QUESTÃO 07**

**2015-CESPE-Órgão MPU-Técnico do MPU**

**Julgue o item a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.**

O instrumento adequado para a criação de autarquia é o decreto, pois o ato é de natureza administrativa e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

#### **QUESTÃO 08**

**2013- CESPE- Órgão: TRT - 17ª Região (ES)-Técnico Judiciário Área Administrativa**

**Acerca de administração descentralizada, julgue o item abaixo.**

A administração descentralizada caracteriza-se pela distribuição de competências no interior de uma mesma pessoa jurídica, de modo a permitir um desempenho mais adequado das atribuições administrativas.

#### **QUESTÃO 09**

**2013- CESPE-Órgão MPU- Técnico Administrativo**

**A respeito da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.**

A transferência pelo poder público, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, apenas da execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado corresponde à descentralização por serviços, também denominada descentralização técnica.

#### **QUESTÃO 10**

**2013- CESPE-Órgão: MPU- Técnico Administrativo**

**A respeito da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.**

Para exercer a disciplina e o controle administrativo sobre os atos e contratos relativos à prestação de serviço público específico, a União pode criar, mediante lei federal, uma agência reguladora, pessoa jurídica de direito público cujos dirigentes exercem mandatos fixos, somente podendo perdê-los em caso de renúncia, condenação transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, entre outras hipóteses fixadas na lei instituidora da entidade.

#### **QUESTÃO 11**

**2013-CESPE-Órgão: TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO)-Técnico Judiciário Administrativo**

**Julgue os itens a seguir, relativos à administração pública.**

As entidades paraestatais não se sujeitam à licitação, e seus empregados submetem-se ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, às normas acidentárias e à justiça trabalhista.

#### **QUESTÃO 12**

**Ano: 2010 Banca: CESPE-Órgão: MPU-Técnico Administrativo**

No que se refere à organização administrativa, julgue os itens que se seguem, relativos a centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

Caso o presidente da República determine a centralização da administração de determinado serviço público, esse serviço deverá ser realizado e acompanhado por órgão da administração direta.

## PODERES DA ADMINISTRAÇÃO

### QUESTÃO 13

**2017-CESPE-Órgão: TRF - 1ª REGIÃO-Técnico Judiciário - Área Administrativa**

Com referência aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Em regra, o poder regulamentar é dotado de originariedade e, por conseguinte, cria situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.

### QUESTÃO 14

**2015- CESPE-Órgão: MPU- Técnico do MPU - Segurança Institucional e Transporte**

O servidor responsável pela segurança da portaria de um órgão público desentendeu-se com a autoridade superior desse órgão. Para se vingar do servidor, a autoridade determinou que, a partir daquele dia, ele anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem do imóvel.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

O ato da autoridade superior foi praticado no exercício de seu poder disciplinar.

### QUESTÃO 15

**2013- CESPE-Órgão: MPU- Técnico**

No que se refere ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Considere que Daniel, funcionário público, tenha sido suspenso por decisão da autoridade competente após regular processo administrativo disciplinar que apurou denúncia de que ele havia praticado irregularidades no exercício do cargo. Nessa situação, a autoridade competente agiu no exercício do poder de polícia da administração, a qual pode impor sanções a seus servidores, independentemente de decisão judicial.

### QUESTÃO 16

**2013-Banca: CESPEÓrgão: MPU-Técnico Administrativo**

No que se refere aos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

Verifica-se a existência de hierarquia administrativa entre as entidades da administração indireta e os entes federativos que as instituíram ou autorizaram a sua criação.

### QUESTÃO 17

**2013-CESPE-MPU-Técnico Administrativo**

No que se refere aos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

É denominado regulamento executivo o decreto editado pelo chefe do Poder Executivo federal para regulamentar leis.

## QUESTÃO 18

**2013-CESPE-Órgão: TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO)-Técnico Judiciário Administrativo**

Toda lei, para sua execução, depende de regulamentação, que consiste em um ato administrativo geral e normativo expedido pelo chefe do Poder Executivo.

## QUESTÃO 19

**2008-CESPE-Órgão: TRT - 5ª Região (BA)-Técnico Judiciário Área Administrativa**

O ato administrativo de remoção de servidor público ocupante de cargo efetivo com o intuito de puni-lo caracteriza desvio de poder.

## QUESTÃO 20

**2007-CESPE-Órgão: TCU- Técnico de Controle Externo**

O excesso de poder, uma das modalidades de abuso de poder, configura-se quando um agente público pratica determinado ato alheio à sua competência.

## ATOS ADMINISTRATIVOS

## QUESTÃO 21

**2017-CESPE-TRF1ª REGIÃO-Analista Judiciário - Área Judiciária**

Com base na Lei n.º 9.784/1999 e no entendimento da doutrina majoritária, julgue o próximo item, acerca de ato e processo administrativos.

Quanto à discricionariedade dos atos administrativos, entende-se por oportunidade a avaliação do momento em que determinada providência deverá ser adotada.

## QUESTÃO 22

**2017- CESPE- TRF - 1ª REGIÃO- Analista Judiciário Área Judiciária**

Conforme o que a doutrina majoritária e a legislação vigente estabelecem acerca de desapropriação e de serviços públicos, julgue o item seguinte.

A autorização de serviço público classifica-se como um ato unilateral, discricionário e precário.

## QUESTÃO 23

**2017- CESPE-TRF1ª REGIÃO-Analista Judiciário Oficial de Justiça Avaliador Federal**

A respeito dos atos administrativos, julgue o item seguinte, considerando o posicionamento da doutrina majoritária.

Ato administrativo praticado por autoridade incompetente e que apresente defeito não pode ser convalidado.

## QUESTÃO 24

### 2013-CESPE-TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO)-Técnico Judiciário Administrativo

Segundo a doutrina, os atos administrativos gozam dos atributos da presunção de legitimidade, da imperatividade, da exigibilidade e da autoexecutoriedade.

## QUESTÃO 25

### 2013- CESPE- TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO)- Técnico Judiciário Administrativo

De acordo com a doutrina, o ato administrativo será considerado perfeito, inválido e eficaz, quando, concluído o seu ciclo de formação, e não se conformando às exigências normativas, ele produzir os efeitos que lhe seriam inerentes.

## QUESTÃO 26

### 2013-CESPE- TRT10ª REGIÃO (DF e TO)-Técnico Judiciário Administrativo

Os atos administrativos só podem ser anulados mediante ordem judicial.

## QUESTÃO 27

### 2012- CESPE-TCU-Técnico de Controle Externo

Os atos praticados por servidor irregularmente investido na função — situação que caracteriza a função de fato — são considerados inexistentes.

## QUESTÃO 28

### 2012-CESPE-TCU-Técnico de Controle Externo

A celebração de um contrato de abertura de conta corrente entre um banco público e um particular pessoa física é exemplo de ato administrativo.

## QUESTÃO 29

### 2010- CESPE-MPU-Técnico de Informática

Imperatividade e autoexecutoriedade são características do ato administrativo. A imperatividade diz respeito à execução do ato administrativo pela própria administração, dispensando-se a intervenção judicial; a autoexecutoriedade, por sua vez, significa que os atos administrativos se impõem a terceiros independentemente de sua concordância.

## QUESTÃO 30

### 2008-CESPE- TRT 5ª Região (BA) Prova: Técnico Judiciário Área Administrativa

**A administração tem o ônus de provar a legalidade do ato administrativo sempre que ela for questionada judicialmente.**

As atos administrativos tem o atributo da presunção de legalidade, portanto quem tem ônus de provar é o administrado.

## QUESTÃO 31

2017-CESPE-TRF/1 - Analista Judiciário Área Administrativa

Com relação a licitações e contratos administrativos, organização administrativa, controle da administração pública e processo administrativo, julgue o próximo item.

O procedimento licitatório para a construção de hospitais universitários integrantes do SUS poderá seguir as regras do regime diferenciado de contratação.

## QUESTÃO 32

2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica

A respeito da modalidade de licitação denominada pregão, julgue o próximo item.

Para a participação no certame, não se exige dos licitantes a aquisição do edital ou a apresentação de garantia de proposta.

## QUESTÃO 33

2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica

A respeito da modalidade de licitação denominada pregão, julgue o próximo item.

Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a trinta dias.

## QUESTÃO 34

2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica

A respeito de licitações de obras e serviços de engenharia, julgue o item a seguir com base na Lei n.º 8.666/1993.

O autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, não poderá participar da licitação ou da execução de obra ou serviço objeto da licitação.

## QUESTÃO 35

2016-CESPE-TCE/PA- Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica

A respeito de licitações de obras e serviços de engenharia, julgue o item a seguir com base na Lei n.º 8.666/1993.

Obras e serviços somente poderão ser licitados se dispuserem de projeto básico aprovado por autoridade competente.

## QUESTÃO 36

2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Com base na Lei n.º 8.666/1993:

A licitação será dispensável se o valor para obras e serviços de engenharia corresponder a até 20% do valor limite da licitação na modalidade convite.

## QUESTÃO 37



## 2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Com base na Lei n.º 8.666/1993:

O autor de um projeto executivo, seja pessoa física, seja jurídica, poderá participar da licitação e(ou) da execução da obra ou serviço de engenharia correspondente.

### QUESTÃO 38

## 2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Com base na Lei n.º 8.666/1993:

Obras e serviços de engenharia só poderão ser licitados se houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

### QUESTÃO 39

## 2016-CESPE-TCE-PAProva: Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Com base na Lei n.º 8.666/1993, que estabelece normas gerais acerca de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações, julgue o item a seguir, acerca de obras e serviços.

O primeiro critério de desempate de licitação conduzida em igualdade de condições aos participantes é a exigência de os bens e serviços, objetos da licitação, serem produzidos no país.

### QUESTÃO 40

## 2016-CESPE-TCE-PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Na modalidade pregão, instituída pela Lei n.º 10.520/2002, o termo de referência corresponde a um instrumento a ser utilizado. A respeito desse assunto, julgue o item subsequente.

Demonstrar as necessidades da administração é uma das funções do termo de referência.

### QUESTÃO 41

## 2016-CESPE-TCE/PA- Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

O termo de referência é um instrumento usado na modalidade pregão tanto na forma presencial quanto na eletrônica.

### QUESTÃO 42

## 2016-CESPE-TCE-PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Na modalidade pregão, instituída pela Lei n.º 10.520/2002

O orçamento detalhado do objeto da licitação não deve constar do termo de referência.

### QUESTÃO 43

## 2016-CESPE-TCE/PA

Com relação à organização administrativa e às licitações, julgue o próximo item.

**Situação hipotética: Determinado tribunal de contas, para comemorar o aniversário de sua criação, realizará um evento no qual está prevista a apresentação de renomado músico nacional. Assertiva:**

Nessa situação, a contratação do referido músico configura hipótese de inexigibilidade de licitação, por se tratar de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública.

## QUESTÃO 44

**2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Administração**

**Com relação à licitação pública, julgue o item seguinte.**

Declarado o vencedor da licitação, na modalidade pregão qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso.

## QUESTÃO 45

**2015-CESPE-TCU-Auditor Federal de Controle Externo - Conhecimentos Gerais**

**Com base nas normas que regulam as licitações e os contratos administrativos, julgue o item seguinte.**

É possível a licitação na modalidade pregão pelo critério técnica e preço, desde que o bem ou serviço seja considerado comum.

## QUESTÃO 46

**2015-CESPE-TCU-Auditor Federal de Controle Externo**

**Com base nas normas que regulam as licitações e os contratos administrativos, julgue o item seguinte.**

Dado o princípio da isonomia, é vedado atribuir preferências para bens e serviços produzidos e prestados no Brasil, ou por empresas brasileiras, mesmo que se trate de critério de desempate em procedimentos licitatórios, situação que deverá ser resolvida por sorteio.

## QUESTÃO 47

**2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo**

**A respeito de licitações, julgue o item que se segue.**

O prazo de validade das propostas no pregão será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital pertinente.

## QUESTÃO 48

**2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo**

**A respeito de licitações, julgue o item que se segue.**

Será dispensável a licitação caso haja inviabilidade de competição.

## QUESTÃO 49

**2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo**

**A respeito de licitações, julgue o item que se segue.**



É inexigível a licitação em caso de guerra ou de grave perturbação da ordem.

#### QUESTÃO 50

2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo

A respeito de licitações, julgue o item que se segue.

Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei, devendo a administração pública, caso a impugnação seja protocolada no prazo da lei, julgá-la e respondê-la em até três dias úteis.

#### QUESTÃO 51

2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo

A respeito de licitações, julgue o item que se segue.

Dado o princípio da adjudicação compulsória, a administração não pode, concluída a licitação, atribuir o objeto desse procedimento a outrem que não o vencedor.

#### REG. JURÍDICO DOS SERVIDORES – LEI 8.112/90

#### QUESTÃO 52

2017-CESPE-TRF/1 Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio

Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.

#### QUESTÃO 53

2017-CESPE-TRF/1- Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio

Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Em 2015, Mateus, servidor público, na presença de vários outros servidores, insubordinou-se gravemente em serviço.

Assertiva:

Nessa situação, Mateus poderá ser demitido do serviço público e a ação disciplinar relativa a esse fato prescreverá em 2020; no entanto, a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição daquela ação até a decisão final a ser proferida pela autoridade competente.

#### QUESTÃO 54

2017-CESPE-TRF/1- Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio

**A respeito do tratamento constitucional dispensado à administração pública e aos servidores públicos, julgue o item a seguir.**

A avaliação especial de desempenho, obrigatória para que servidor adquira a estabilidade, será realizada pelo superior direto do servidor: não há a necessidade de se instituir comissão específica para esse fim.

## QUESTÃO 55

### 2017-CESPE-TRF/-Técnico Judiciário - Área Administrativa

**Considerando as Leis n. 8.112/1990, 8.429/1992 e 9.784/1999, normas nacionais que regulam o direito administrativo, julgue o item subsecutivo.**

**Situação hipotética: Sérgio, aprovado em concurso público, foi nomeado em vinte de outubro de 2015. Um ano e dois meses depois, após ter sido aprovado em outro concurso público, entrou em exercício no novo órgão público no dia quinze de janeiro de 2017. No entanto, durante o estágio probatório, ele se arrependeu da nova investidura e decidiu retornar ao cargo que havia ocupado anteriormente.**

**Assertiva:**

Nessa situação, Sérgio terá direito a retornar ao cargo anteriormente ocupado em virtude do instituto da recondução.

## QUESTÃO 56

### 2017-CESPE-TRF/1- Técnico Judiciário - Área Administrativa

**A respeito dos agentes públicos, julgue o item seguinte**

Para que pessoas físicas que colaboram com o poder público sejam consideradas agentes públicos é necessário que elas, obrigatoriamente, tenham vínculo empregatício com a administração pública e sejam por esta remuneradas, como ocorre, por exemplo, com os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos.

## QUESTÃO 57

### 2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

**Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.**

**Situação hipotética: Carlos trabalha em atividade considerada insalubre e perigosa e faz jus ao recebimento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade.**

**Assertiva:**

Nesse caso, Carlos deverá optar por um deles, sendo-lhe vedado acumular os dois adicionais

## QUESTÃO 58

### 2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

**Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.**

O tempo de serviço público prestado a estado, a município ou ao Distrito Federal será contado, para todos os efeitos, no âmbito federal.

## QUESTÃO 59

2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Caso o servidor público tenha causado danos ao poder público, a obrigação de reparar tais danos estende-se aos seus sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

## QUESTÃO 60

2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Somente nos casos previstos em lei poderá haver a prestação gratuita de serviços ao poder público.

## QUESTÃO 61

2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Em face da garantia da estabilidade, o servidor público estável só perderá o cargo por força de decisão judicial.

## QUESTÃO 62

2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Além do vencimento, poderão ser pagos ao servidor indenizações, gratificações e adicionais, vantagens que serão incorporadas ao seu vencimento.

## QUESTÃO 63

2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo - Conhecimentos Básicos

No que se refere aos princípios e conceitos da administração pública e aos servidores públicos, julgue o próximo item.

A vedação ao acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende aos empregados das sociedades de economia mista.

**Excelente!**

**Agora vamos ao gabarito?**

Não esqueça de identificar seu erro! O mais importante aqui não é acertar tudo, mas sim responder com segurança todas as assertivas propostas.

Portanto, mesmo que tenha fechado a prova, fica nosso conselho... Dê uma checada nas questões as quais não teve total segurança.

| GABARITO |      |      |      |      |      |      |      |      |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1-E      | 8-E  | 15-E | 22-C | 29-E | 36-E | 43-C | 50-C | 57-C |
| 2-E      | 9-E  | 16-E | 23-E | 30-E | 37-E | 44-E | 51-C | 58-E |
| 3-C      | 10-C | 17-C | 24-C | 31-C | 38-C | 45-E | 52-C | 59-C |
| 4-E      | 11-E | 18-E | 25-C | 32-C | 39-C | 46-E | 53-C | 60-C |
| 5-E      | 12-C | 19-C | 26-E | 33-E | 40-C | 47-C | 54-E | 61-E |
| 6-E      | 13-E | 20-C | 27-E | 34-E | 41-C | 48-E | 55-E | 62-E |
| 7-E      | 14-E | 21-C | 28-E | 35-C | 42-E | 49-E | 56-E | 63-E |

## CORREÇÃO E EXPOSIÇÃO LEGAL/DOCTRINÁRIA

### ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### QUESTÃO 01

2017- CESPE Órgão: TRF /1- Analista Judiciário Área Judiciária

No que se refere à teoria do direito administrativo, julgue o item a seguir, considerando o posicionamento majoritário da doutrina.

A administração pública, em seu sentido material, compreende as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes que exercem função administrativa. Por outro lado, em seu sentido formal, designa a natureza da atividade exercida por esses entes.

**FALSO**



**Motivo?**

Vamos revisar sobre a **Administração Pública** em seu sentido subjetivo e administração pública (minúscula) em seu sentido objetivo!

No Manual do Matheus Carvalho, o **sentido subjetivo, formal ou orgânico** da Administração Pública são as **pessoas jurídicas**, os **órgãos** e os **agentes públicos** que exercem atividades administrativas (ex.: órgãos públicos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações estatais).

No seu **sentido orgânico**, a Administração pode ser dividida em duas categorias:

- ✓ Administração Pública **Direta** (Entes Federados); e
- ✓ Administração Pública **Indireta** (entidades administrativas).

Já o **sentido objetivo**, material ou funcional (administração pública) é a própria **função** ou **atividade administrativa** (ex.: poder de polícia, serviços públicos, fomento e intervenção do Estado no domínio econômico).

---

## QUESTÃO 02

### 2017-CESPE-Órgão: TRF /1ª REGIÃO- Técnico Judiciário Área Administrativa

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, um órgão classificado como autarquia em regime especial, integra a administração indireta da União.

FALSO



### Motivo?

A **questão erra** quando fala que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF/1) integra a administração indireta da União.

O TRF da 1ª Região é órgão do Poder Judiciário, integrante da Administração Direta (Poder Judiciário Federal). Compreende os Entes federativos (União, Estados, DF e Municípios) e seus respectivos órgãos.

---

## QUESTÃO 03

### 2017- CESPE-Órgão: TRF - 1ª REGIÃO-Técnico Judiciário Área Administrativa

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

Administração direta remete à ideia de administração centralizada, ao passo que administração indireta se relaciona à noção de administração descentralizada.



#### Motivo?

Na administração direta ocorre a **centralização**, ao passo que na **administração indireta ocorre a descentralização**.

**Lembre-se!** Os entes da Administração Indireta serão divididos, conforme a natureza jurídica disposta na legislação.

---

## QUESTÃO 04

### 2017-CESPE-TRF / 1- Analista Judiciário Área Administrativa

Sérgio foi reprovado em concurso público, mas, por força de decisão liminar obteve sua nomeação e tomou posse no cargo pretendido. Seis anos depois, a medida foi revogada por decisão judicial definitiva e Sérgio foi exonerado pela administração. Nessa situação, ao exonerar Sérgio a administração violou o princípio da proteção da confiança legítima.



FALSO



## Motivo?

A posse ou o exercício em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório **não implica a manutenção, em definitivo**, do candidato que não atende a exigência de prévia aprovação em concurso público (art. 37, II, da CF/88), valor constitucional que prepondera sobre o interesse individual do candidato, que **não pode invocar**, na hipótese, **o princípio da proteção da confiança legítima**, pois conhece a precariedade da medida judicial.

Portanto, não se aplica a teoria do fato consumado para candidatos que assumiram o cargo público por força de decisão judicial provisória posteriormente revista.

**STF. Plenário. RE 608482/RN, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 7/8/2014 (repercussão geral) (Info 753).**

## Complementando:

O candidato que toma posse em concurso público por força de decisão judicial precária **assume o risco** de posterior reforma desse julgado que, em razão do efeito “*ex tunc*”, inviabiliza a aplicação da teoria do fato consumado em tais hipóteses.

**STF. 1ª Turma. RMS 31538/DF, rel. orig. Min. Luiz Fux, red. p/ o acórdão Min. Marco Aurélio, julgado em 17/11/2015 (Info 808).**

---

QUESTÃO

05

**2017- CESPE-Órgão: TRF - 1ª REGIÃO- Técnico Judiciário - Área Administrativa**

**No que diz respeito a organização administrativa, julgue o item que se segue.**

Órgão público é ente despersonalizado, razão por que lhe é defeso, em qualquer hipótese, ser parte em processo judicial, ainda que a sua atuação seja indispensável à defesa de suas prerrogativas institucionais.

**FALSO**



### Motivo?

Os órgãos públicos, **em regra**, não possuem capacidade processual, **SALVO** nos órgãos independentes e autônomos na defesa de suas prerrogativas constitucionais e institucionais.

## QUESTÃO 06

### 2015-CESPE-Órgão: MPU-Técnico do MPU

**Julgue o item a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.**

Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.

**FALSO**



### Motivo?

**Referente às Autarquias, temos:**

- ✓ Serviço autônomo;
- ✓ Criação mediante lei;
- ✓ Personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios;

- ✓ Realiza a execução de atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

As Autarquias **estão sujeitas ao controle da pessoa política que as criou**, à qual são vinculadas.

Trata-se do denominado **controle finalístico**, de tutela ou supervisão, conforme traz o Manual do Matheus Carvalho, exercida apenas nos termos e limites expressos em lei.

---

## QUESTÃO 07

### 2015-CESPE-Órgão MPU-Técnico do MPU

**Julgue o item a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.**

O instrumento adequado para a criação de autarquia é o decreto, pois o ato é de natureza administrativa e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

**FALSO**



#### Motivo?

Versa na Constituição Federal de 1988 (CF/88) que:

**Art. 37 XIX** – somente por **lei específica** poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

---

## QUESTÃO 08

### 2013- CESPE- Órgão: TRT - 17ª Região (ES)-Técnico Judiciário Área Administrativa

**Acerca de administração descentralizada, julgue o item abaixo.**

A administração descentralizada caracteriza-se pela distribuição de competências no interior de uma mesma pessoa jurídica, de modo a permitir um desempenho mais adequado das atribuições administrativas.

**FALSO**



**Motivo?**

A descentralização caracteriza-se pela criação de uma pessoa jurídica (por meio de lei para autarquias, e, autorizadas por lei as empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas, Art. 37, inciso XIX da CF/88), sendo que **a distribuição de competências** no interior de uma pessoa jurídica **é uma desconcentração**.

**QUESTÃO  
09**

**2013- CESPE-Órgão MPU- Técnico Administrativo**

**A respeito da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.**

A transferência pelo poder público, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, apenas da execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado corresponde à descentralização por serviços, também denominada descentralização técnica.

**FALSO**



**Motivo?**

O item “baralhou” os conceitos de **Descentralização por outorga** (Técnica/Funcional/Por Serviços) e **Descentralização por delegação** (Colaboração).

Vamos à diferença entre delegação e descentralização de acordo com Matheus Carvalho:

## Descentralização

Tipos: **Outorga/Técnica/Funcional/Serviços**

- ✓ Por lei;
- ✓ Titularidade e execução;
- ✓ Pessoa jurídica de direito público ou de direito privado;

Ex: Agência Reguladora

## Delegação:

- ✓ Contrato ou ato unilateral;
- ✓ Só execução;
- ✓ Titularidade permanece com poder público;
- ✓ Pessoas jurídicas de direito privado

Ex: Concessionárias, Permissionárias.

---

### QUESTÃO 10

#### 2013- CESPE-Órgão: MPU- Técnico Administrativo

**A respeito da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.**

Para exercer a disciplina e o controle administrativo sobre os atos e contratos relativos à prestação de serviço público específico, a União pode criar, mediante lei federal, uma agência reguladora, pessoa jurídica de direito público cujos dirigentes exercem mandatos fixos, somente podendo perdê-los em caso de renúncia, condenação transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, entre outras hipóteses fixadas na lei instituidora da entidade.



**Motivo?**

Temos o que diz a Lei 9.986/2000 no artigo 9º e parágrafo único:

Art. 9º. Os Conselheiros e os Diretores **somente perderão o mandato em caso de renúncia**, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

**Parágrafo único.** A lei de criação da Agência poderá prever outras condições para a perda do mandato.

## IMPORTANTE SABER!

**Lembre-se que os dirigentes gozam de direitos diferenciados, são eles:**

- ✓ Mandato fixo
  - ✓ Nomeação: feita pelo chefe do poder executivo (presidente da república, governador ou prefeito)
  - ✓ Perda do cargo: por renúncia, PAD ou decisão judicial transitada em julgado.
- 

### QUESTÃO 11

**2013-CESPE-Órgão: TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO)-Técnico Judiciário Administrativo**

**Julgue os itens a seguir, relativos à administração pública.**

As entidades paraestatais não se sujeitam à licitação, e seus empregados submetem-se ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), às normas acidentárias e à justiça trabalhista.

**FALSO**



### Motivo?

Está correto quando a assertiva fala que seus empregados submetem-se ao regime da CLT, **porém** a questão **ERRA** ao afirmar que as entidades paraestatais não se sujeitam à licitação.

Conforme ensinamento do professor Matheus Carvalho em conformidade com a lei, as entidades paraestatais, fomentadas pelo Estado, podem editar regulamentos próprios para realizar suas contratações de bens e serviços, desde que observem os princípios aplicáveis à Administração Pública, **ESSA É A REGRA!**

Ou seja, elas devem realizar licitação, mas não precisam seguir os trâmites da Lei 8.666/93, pois podem observar os termos de **regulamento próprio**.

---

## QUESTÃO 12

**Ano: 2010 Banca: CESPE-Órgão: MPU-Técnico Administrativo**

**No que se refere à organização administrativa, julgue os itens que se seguem, relativos a centralização, descentralização, concentração e desconcentração.**

Caso o presidente da República determine a centralização da administração de determinado serviço público, esse serviço deverá ser realizado e acompanhado por órgão da administração direta.



### **Motivo?**

“Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado (União, Estados, DF e Municípios), aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, de atividades administrativas.” (Marcelo Alexandrino)

A centralização pela administração direta (Presidência da República) deve ser acompanhada pela própria administração direta.

Administração Pública Direta e Indireta é gênero e a desconcentração está dentro de cada uma delas.

### QUESTÃO 13

2017-CESPE-Órgão: TRF - 1ª REGIÃO-Técnico Judiciário - Área Administrativa

Com referência aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Em regra, o poder regulamentar é dotado de originalidade e, por conseguinte, cria situações jurídicas novas, não se restringindo apenas a explicitar ou complementar o sentido de leis já existentes.

FALSO



#### Motivo?

A banca CESPE trocou a "regra" pela "exceção"!

#### Segue a explicação:

O **poder regulamentar** é uma das formas de expressão da função normativa do Poder Executivo, e cabe a este editar normas complementares à lei para a sua fiel execução.

Portanto, o poder regulamentar, **via de regra**, não pode inovar no ordenamento jurídico (constitui-se como norma secundária). Porém, a CF/88 prevê a possibilidade de edição do decreto autônomo.

Essa é uma "**exceção**" do poder regulamentar, pois esse decreto (autônomo) pode, dentro dos seus limites legais, inovar no ordenamento jurídico (constitui-se como norma primária).

---

### QUESTÃO 14



## 2015- CESPE-Órgão: MPU- Técnico do MPU - Segurança Institucional e Transporte

O servidor responsável pela segurança da portaria de um órgão público desentendeu-se com a autoridade superior desse órgão. Para se vingar do servidor, a autoridade determinou que, a partir daquele dia, ele anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem do imóvel.

**Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.**

O ato da autoridade superior foi praticado no exercício de seu poder disciplinar.

**FALSO**



### Motivo?

Temos dois erros na assertiva, são eles:

- ✓ Não foi utilizado o poder disciplinar, mas sim o poder hierárquico para o ato.
- ✓ O ato foi aplicado com a finalidade de punição o que configura abuso de poder na modalidade desvio de poder/finalidade.

**QUESTÃO  
15**

## 2013- CESPE-Órgão: MPU- Técnico

**No que se refere ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.**

Considere que Daniel, funcionário público, tenha sido suspenso por decisão da autoridade competente após regular processo administrativo disciplinar que apurou denúncia de que ele havia praticado irregularidades no exercício do cargo. Nessa situação, a autoridade competente agiu no exercício do poder de polícia da administração, a qual pode impor sanções a seus servidores, independentemente de decisão judicial.

FALSO



## Motivo?

A questão trata do **PODER DISCIPLINAR (o qual fiscaliza, controla e pune)**, e não do Poder de Polícia (o qual incide sobre bens, direitos e atividades).

O Poder de Policia não incide sobre pessoas.

## Poder disciplinar:

- ✓ FISCALIZA,
- ✓ CONTROLA e
- ✓ PUNE

Exerce essas prerrogativas a seus próprios agentes ou particulares, que, por ato ou contrato, passaram a se submeter à disciplina interna (Regime Jurídico Administrativo) da Administração.

---

## QUESTÃO 16

### 2013-Banca: CESPE-Órgão: MPU-Técnico Administrativo

**No que se refere aos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.**

Verifica-se a existência de hierarquia administrativa entre as entidades da administração indireta e os entes federativos que as instituíram ou autorizaram a sua criação.

FALSO



## Motivo?

Não existe hierarquia ou relação de subordinação entre os criadores (ministérios, por exemplo) para com pessoas jurídicas da administração indireta (autarquias por exemplo).

O que existe é vinculação, controle finalístico ou tutela!

## QUESTÃO 17

### 2013-CESPE-MPU-Técnico Administrativo

**No que se refere aos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.**

É denominado regulamento executivo o decreto editado pelo chefe do Poder Executivo federal para regulamentar leis.



#### Motivo?

O **Poder regulamentar** é a competência do Chefe do Poder Executivo para a edição de decretos e regulamentos visando à fiel execução das leis.

O **poder normativo** é o que fundamenta os atos normativos de qualquer outra autoridade administrativa.

#### Espécies de atos decorrentes do Poder Regulamentar:

- ✓ **Decretos de execução ou regulamentares:**
- Regras jurídicas, abstratas e impessoais, editadas em função de uma lei, possibilitando a fiel execução da Lei a que se referem;
- Competência não é passível de delegação;
- Restringe-se aos limites e conteúdo da lei, não podendo restringir, nem ampliar, muito menos contrariar, as hipóteses nela previstas;
- Somente as leis que devam ser executadas pela Administração (leis administrativas) podem sofrer regulamentação;
- Estas leis administrativas podem ser regulamentadas mesmo que seu texto não preveja expressamente. O poder regulamentar não depende de autorização do legislador ordinário, pois decorre diretamente da CF;

- São ditos atos normativos secundários;
- Compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos por Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

✓ **Decretos autônomos:**

- Surgiram a partir da EC nº 32/2001
- Competência do Presidente da República para dispor diretamente mediante decreto sobre:

a) Organização e funcionamento da Administração federal quando não implicar:

- Aumento de despesa
- Criação ou extinção de órgão público

b) Extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

- Independe de lei
- Reserva da Administração: matérias que somente podem ser reguladas por ato administrativo.
- São classificados como regulamentos independentes internos
- Esta competência pode ser delegada

## **Regulamento autorizado**

- Conceito: aquele que complementa disposições da lei em razão de expressa determinação nela contida.
  - A lei, estabelecendo as condições e os limites da matéria a ser regulamentada, deixa ao Executivo a fixação de normas técnicas
  - É um ato secundário, entretanto inova o Direito nas matérias em que a lei lhe confere essa atribuição.
  - Não podem tratar de matérias reservadas à lei.
-

Toda lei, para sua execução, depende de regulamentação, que consiste em um ato administrativo geral e normativo expedido pelo chefe do Poder Executivo.

FALSO



## Motivo?

A doutrina majoritária adota o posicionamento de que somente as leis administrativas, isto é, aqueles que dependem de atuação da Administração Pública para serem colocadas em prática é que dependem de regulamentação.

As demais leis (civis, penais, trabalhistas), **em regra**, não necessitam de regulamentação.

## Você deve ter em mente, que:

- Normas de eficácia plena têm eficácia imediata e não precisam de regulamentação;
- Normas de eficácia limitada tem eficácia mediata, pois precisam de lei que as regulamente para gerar efeito.
- Normas de eficácia contida geram efeitos por si só, mas podem ser suprimidas por leis posteriores, como o caso da regulamentação do exercício das profissões.

## QUESTÃO

19

### 2008-CESPE-Órgão: TRT - 5ª Região (BA)-Técnico Judiciário Área Administrativa

O ato administrativo de remoção de servidor público ocupante de cargo efetivo com o intuito de puni-lo caracteriza desvio de poder.



## Motivo?

Conforme a doutrina de Matheus Carvalho, **abuso de poder** se divide em: **excesso de poder** (vício da competência) e **desvio de poder ou de finalidade** (vício do elemento finalidade).

Remover servidor para perseguí-lo caracteriza desvio de poder ou de finalidade.

Marcelo Alexandrino ratifica que “Quando o poder (prerrogativa conferida ao administrador público para consecução dos fins públicos) é utilizado de forma inadequada pelos administradores públicos temos o **abuso de poder**”.

Abuso de poder é gênero, que apresenta duas espécies:

- **Excesso de poder** (ação do agente fora dos limites de sua competência)
- **Desvio de poder** (ação do agente fora dos limites de sua finalidade).

No **excesso de poder** o agente age fora dos limites de sua competência, ou seja, **ele ultrapassa os limites conferidos a ele por lei**.

A autoridade, **embora competente** para praticar o ato, **vai além do que lhe permitiu** a lei, exorbitando no uso de sua competência.

No **desvio de poder** o agente pratica o **ato buscando alcançar fim diverso** daquele que lhe foi determinado pela legislação.

O agente **pratica o ato por motivos ou com fins diversos daqueles estabelecidos na lei** ou exigidos pelo interesse público, mesmo atuando nos limites da sua competência.

## QUESTÃO 20

### 2007-CESPE-Órgão: TCU- Técnico de Controle Externo

O excesso de poder, uma das modalidades de abuso de poder, configura-se quando um agente público pratica determinado ato alheio à sua competência.



## Motivo?

A resposta já vimos na questão anterior!

---

---

## ATOS ADMINISTRATIVOS

---

### QUESTÃO 21

#### 2017-CESPE-TRF1ª REGIÃO-Analista Judiciário - Área Judiciária

Com base na Lei n.º 9.784/1999 e no entendimento da doutrina majoritária, julgue o próximo item, acerca de ato e processo administrativos.

Quanto à discricionariedade dos atos administrativos, entende-se por oportunidade a avaliação do momento em que determinada providência deverá ser adotada.



## Motivo?

O ato discricionário é aquele ato determinado em lei, no qual o dispositivo legal confere margem de escolha ao administrador público. É considerada, além dos limites da lei, a **conveniência e a oportunidade**.

**A conveniência** é a análise das condições de edição do ato (É conveniente praticar esse ato?).

**A oportunidade** é a análise do momento em que o ato é editado. (É oportuno, ou seja, este é o momento certo de praticar este ato?)

---

Essas são as perguntas que devem ser feitas pra lembrar em que sentido atua a conveniência e a oportunidade.

---

QUESTÃO  
22

2017- CESPE- TRF - 1ª REGIÃO- Analista Judiciário Área Judiciária

Conforme o que a doutrina majoritária e a legislação vigente estabelecem acerca de desapropriação e de serviços públicos, julgue o item seguinte.

A autorização de serviço público classifica-se como um ato unilateral, discricionário e precário.



Motivo?

Decorar para nunca mais errar:

- **Aprovação** é ato unilateral, discricionário.
  - **Autorização** é ato unilateral, discricionário e precário.
  - **Permissão** é ato unilateral, discricionário, precário
  - **Licença** é ato unilateral, vinculado.
  - **homologação** é ato unilateral, vinculado.
- 

QUESTÃO  
23

2017- CESPE-TRF1ª REGIÃO-Analista Judiciário Oficial de Justiça Avaliador Federal



A respeito dos atos administrativos, julgue o item seguinte, considerando o posicionamento da doutrina majoritária.

Ato administrativo praticado por autoridade incompetente e que apresente defeito não pode ser convalidado.

FALSO



## Motivo?

A convalidação supre o vício existente na competência ou na forma de um ato administrativo, com efeitos retroativos ao momento em que este foi originariamente praticado.

## Vamos revisar?

- Vício de **COMPETÊNCIA É CONVALIDÁVEL**: desde que não seja exclusiva. Neste caso, o ato é nulo.
- Vício de **FINALIDADE NÃO É CONVALIDÁVEL**: não é possível aproveitar um ato praticado com finalidade estranha.
- Vício de **FORMA É CONVALIDÁVEL**: desde que não se trate de forma essencial.
- Vício de **MOTIVO NÃO É CONVALIDÁVEL**: motivo inexistente ou inadequado ao resultado pretendido é nulo.
- Vício de **OBJETO NÃO É CONVALIDÁVEL**: há, na doutrina, quem defenda que, tratando-se de objeto plúrimo, seria possível a convalidação.

QUESTÃO  
24

## 2013-CESPE-TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO)-Técnico Judiciário Administrativo

Segundo a doutrina, os atos administrativos gozam dos atributos da presunção de legitimidade, da imperatividade, da exigibilidade e da autoexecutoriedade.



## Motivo?

Para o CESPE são atributos do Ato Administrativo:

"PATIE".

- ✓ Presunção de legitimidade;
- ✓ Autoexecutoriedade;
- ✓ Tipicidade;
- ✓ Imperatividade;
- ✓ Exigibilidade.

**AUTO-EXECUTORIEDADE** subdivide-se em:

- ✓ Exigibilidade e
- ✓ Executoriedade.

**Exigibilidade:** a Administração Pública, no ato do Poder de Polícia, **sempre** pode decidir sem prévia autorização do Poder Judiciário.

EX: "eu decido aplicar a multa", "eu decido interditar determinado estabelecimento" etc.

**Executoriedade:** a Administração Pública, no ato do Poder de Polícia, **nem sempre** poderá executar sem prévia autorização do Poder Judiciário.

EX: na aplicação de uma multa o agente de trânsito não pode, simplesmente, colocar a mão no bolso do particular e quitar o valor da multa por ele (agente) aplicada. A ação de cobrar o valor da multa dependerá de prévia autorização do Poder Judiciário.

De acordo com a doutrina, o ato administrativo será considerado perfeito, inválido e eficaz, quando, concluído o seu ciclo de formação, e não se conformando às exigências normativas, ele produzir os efeitos que lhe seriam inerentes.



### Vamos lembrar?

#### ✓ **Ato perfeito, válido e eficaz:**

O ato concluiu seu processo de elaboração, está em conformidade com a norma jurídica e apto a produção imediata de seus efeitos típicos.

#### ✓ **Ato perfeito, válido e ineficaz:**

O ato exauriu seu ciclo de formação, está em consonância com o Direito, entretanto, não se encontra apto a produzir os efeitos típicos, pois depende de algum termo ou condição suspensiva, ou ato de controle.

#### ✓ **Ato perfeito, inválido e eficaz:**

O ato está formado, em desconformidade com o sistema jurídico, porém em razão do princípio da presunção de legitimidade (este princípio faz presumir que toda atividade administrativa está em absoluta conformidade com as normas jurídicas), o ato goza de disponibilidade para produzir, de forma imediata, seus efeitos.

#### ✓ **Ato perfeito, inválido e ineficaz:**

Concluído o seu processo de produção, o ato encontra-se em desconformidade com o Direito e não goza da disponibilidade para produzir de forma imediata, seus efeitos típicos em razão de depender de algum evento posterior (termo ou condição).

## 2013-CESPE- TRT10ª REGIÃO (DF e TO)-Técnico Judiciário Administrativo

Os atos administrativos só podem ser anulados mediante ordem judicial.

FALSO



### SÚMULA Nº 473 do STF:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de **vícios** que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; **ou revogá-los**, por motivo de **conveniência ou oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

### Lembre-se:

A **ANULAÇÃO** pode ocorrer tanto pelo poder judiciário quanto pela administração pública. **Refere-se à legalidade** do ato praticado. Em virtude da sua ilegalidade, produz efeitos **ex tunc**.

A **REVOGAÇÃO** do ato administrativo só pode ser feita pela administração pública, de acordo com sua **oportunidade e conveniência**. Pressupõe um ato válido, que estava apto a produzir efeitos, por isso seu efeito é **ex nunc**.

Conforme a melhor doutrina + legislação de Direito Administrativo, o Poder Judiciário pode apenas controlar os atos praticados pela administração pública no que se refere a sua legalidade, não podendo adentrar no mérito (análise de oportunidade e conveniência), pois caso o faça, estará violando a repartição dos poderes e a competência atribuída ao executivo.

QUESTÃO

27

2012- CESPE-TCU-Técnico de Controle Externo

Os atos praticados por servidor irregularmente investido na função — situação que caracteriza a função de fato — são considerados inexistentes.

**FALSO**



Vamos aos ensinamentos de doutrinadores consagrados. Vejam logo abaixo:

### **Celso Antônio Bandeira de Melo:**

“Funcionário de fato é aquele cuja investidura foi irregular, mas cuja situação tem a aparência de legalidade. Em nome do princípio da aparência, boa-fé dos atos administrativos, segurança jurídica e presunção de legalidade dos atos administrativos, reputam-se válidos os atos por ele praticados, se por outra razão não forem viciados”.

### **Hely Lopes Meirelles:**

“Ato inexistente é o que tem aparência de manifestação regular da Administração, mas não chega a ser aperfeiçoar como ato administrativo. É o que ocorre, p. ex., com o "ato" praticado por um usurpador de função pública”.

### **Maria Sylvia Zanella di Pietro:**

“Ao contrário do ato praticado por usurpador de função, que a maioria dos autores considera como inexistente, o ato praticado por funcionário de fato é considerado válido, precisamente pela aparência de legalidade de que se reveste; cuida-se de proteger a boa-fé do administrado”.

---

**QUESTÃO  
28**

**2012-CESPE-TCU-Técnico de Controle Externo**

A celebração de um contrato de abertura de conta corrente entre um banco público e um particular pessoa física é exemplo de ato administrativo.

FALSO



A banca confundiu os conceitos. Trata-se de ato da administração!

Vejamos a diferença trazida na doutrina:

**Atos da administração:** são todos aqueles atos praticados pela Administração Pública, sejam eles regidos pelo Direito Privado ou pelo Direito Público. Quando regidos por Direito Público, há supremacia do interesse público sobre o particular.

Portanto, a Administração Pública, como representante do interesse público tem mais poderes que o administrado.

Ex.: desapropriação de um imóvel ou um contrato de obra pública.

Quando **regidos pelo Direito Privado**, a Administração está em situação de **igualdade com o administrado**.

Ex.: contrato de locação.

**Atos administrativos** são espécies de negócios jurídicos, em que obrigações são impostas aos particulares pela Administração Pública.

São atos unilaterais, pois sua existência depende apenas da manifestação da vontade da Administração Pública.

Os atos administrativos na maioria das vezes são praticados pelo Poder Executivo (órgãos e entidades da Administração Direta e da Administração Indireta), mas os outros Poderes podem praticá-los também, desde que no exercício de uma função administrativa.

Ex: provimento de um Tribunal de Justiça, que regula o funcionamento dos serviços internos.

---

Além disso, os atos administrativos podem ser realizados por particulares que executam serviços públicos delegados pela Administração Pública, mediante concessão, permissão ou autorização.

Nesses casos, os atos administrativos não são considerados espécies de atos da Administração.

## QUESTÃO 29

### 2010- CESPE-MPU-Técnico de Informática

Imperatividade e autoexecutoriedade são características do ato administrativo. A imperatividade diz respeito à execução do ato administrativo pela própria administração, dispensando-se a intervenção judicial; a autoexecutoriedade, por sua vez, significa que os atos administrativos se impõem a terceiros independentemente de sua concordância.

**FALSO**



Conceitos trocados!

Vejamos a forma correta trazida pela doutrina:

#### **Imperatividade**

Os atos administrativos são obrigatórios, imperativos, devendo ser obedecidos pelo administrado ainda que de forma contrária aos seus interesses ou na sua concordância.

#### **Autoexecutoriedade**

demonstra o poder que tem a administração de executar seus próprios atos e decisões sem precisar consultar previamente o poder judiciário.

QUESTÃO  
30

**2008-CESPE- TRT 5ª Região (BA) Prova: Técnico Judiciário Área Administrativa**

A administração tem o ônus de provar a legalidade do ato administrativo sempre que ela for questionada judicialmente.

FALSO



Os atos administrativos tem o atributo da presunção de legalidade, portanto quem tem ônus de provar é o administrado.

---

LICITAÇÕES

---

QUESTÃO  
31

**2017-CESPE-TRF/1 - Analista Judiciário Área Administrativa**

**Com relação a licitações e contratos administrativos, organização administrativa, controle da administração pública e processo administrativo, julgue o próximo item.**

O procedimento licitatório para a construção de hospitais universitários integrantes do SUS poderá seguir as regras do regime diferenciado de contratação.





Vamos lembrar sobre cabimento do RDC?

É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:

I - dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos

II - da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014

III - de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais referidos nos incisos I e II.

IV - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

V - **das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.**

VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo.

VII - ações no âmbito da Segurança Pública.

VIII - das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística; e

IX - dos contratos a que se refere o art. 47-A. ((Art. 47-A. A administração pública poderá firmar contratos de locação de bens móveis e imóveis, nos quais o locador realiza prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, do bem especificado pela administração))

X - das ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação.

## 2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica

**A respeito da modalidade de licitação denominada pregão, julgue o próximo item.**

Para a participação no certame, não se exige dos licitantes a aquisição do edital ou a apresentação de garantia de proposta.



Vejam os o que diz a Lei 10.520/2002.

Art. 5º É **vedada** a exigência de:

I - **garantia de proposta;**

II - **aquisição do edital pelos licitantes**, como condição para participação no certame; e

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Tema legalista desta assertiva!

---

**QUESTÃO**

**33**

## 2016-CESPE- TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica

**A respeito da modalidade de licitação denominada pregão, julgue o próximo item.**

Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a trinta dias.

**FALSO**



**Não é isso que o artigo 4º da Lei 10.520/02, do pregão, nos diz.**

**Vejamos!**

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XXIII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI.

Mais uma assertiva que se ateuve na letra da lei.

---

**QUESTÃO  
34**

**2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica**

**A respeito de licitações de obras e serviços de engenharia, julgue o item a seguir com base na Lei n.º 8.666/1993.**

O autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, não poderá participar da licitação ou da execução de obra ou serviço objeto da licitação.

**FALSO**



"A Lei 8.666/93, em seu art. 9.º, parágrafo primeiro, permite a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento"

**Vejamos, o que “pode e o que não pode”, na lei:**

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou

executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de

5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II

deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas

funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

---

QUESTÃO  
35

**2016-CESPE-TCE/PA- Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Engenharia Elétrica**

**A respeito de licitações de obras e serviços de engenharia, julgue o item a seguir com base na Lei n.º 8.666/1993.**

Obras e serviços somente poderão ser licitados se dispuserem de projeto básico aprovado por autoridade competente.



LEI 8.666/93:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços **obedecerão** ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I - **projeto básico**;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

---

QUESTÃO  
36

**2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica**

**Com base na Lei n.º 8.666/1993:**

A licitação será dispensável se o valor para obras e serviços de engenharia corresponder a até 20% do valor limite da licitação na modalidade convite.

**FALSO**



**É 10 %!!!**

Mais uma vez a resposta está na lei.

Muito importante tomar cuidado com os artigos mais recorrentes.

Lei de Licitações, art. 24.

É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de **valor até 10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

---

**QUESTÃO**

**37**

**2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica**

**Com base na Lei n.º 8.666/1993:**

O autor de um projeto executivo, seja pessoa física, seja jurídica, poderá participar da licitação e(ou) da execução da obra ou serviço de engenharia correspondente.

FALSO



## Resposta na lei!

Art. 9º **Não poderá participar**, direta ou indiretamente, da **licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:**

**I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;**

---

### QUESTÃO 38

**2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica**

**Com base na Lei n.º 8.666/1993:**

Obras e serviços de engenharia só poderão ser licitados se houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.



VERDADEIRO

**A resposta está no art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93.**

Vejamos:

Art. 7º, § 2º. As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

**I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;**

**II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;**

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

---

## QUESTÃO 39

### 2016-CESPE-TCE-PAProva: Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Com base na Lei n.º 8.666/1993, que estabelece normas gerais acerca de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações, julgue o item a seguir, acerca de obras e serviços.

O primeiro critério de desempate de licitação conduzida em igualdade de condições aos participantes é a exigência de os bens e serviços, objetos da licitação, serem produzidos no país.



#### Vamos lembrar a sequência?

A banca costuma brincar com a ordem dos critérios de desempate.

**Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:**

II - produzidos no País; (primeiro critério)

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras. (segundo)

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (terceiro)



V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (quarto)

---

QUESTÃO  
40

## 2016-CESPE-TCE-PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

Na modalidade pregão, instituída pela Lei n.º 10.520/2002, o termo de referência corresponde a um instrumento a ser utilizado. A respeito desse assunto, julgue o item subsequente.

Demonstrar as necessidades da administração é uma das funções do termo de referência.



Vamos relembrar o que é termo de referência?

“O termo de referência, de acordo com a doutrina, é o documento que deverá conter elementos capazes de **propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado**, definição dos **métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro**, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.”

---

QUESTÃO  
41

## 2016-CESPE-TCE/PA- Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica

O termo de referência é um instrumento usado na modalidade pregão tanto na forma presencial quanto na eletrônica.



**Termo de Referência:** é um instrumento **OBRIGATÓRIO** usado na modalidade pregão, seja na forma presencial ou eletrônica, que nas outras modalidades (concorrência, tomada de preço, convite), equivale ao projeto básico.

---

**QUESTÃO  
42**

**2016-CESPE-TCE-PA-Auditor de Controle Externo - Área Fiscalização Engenharia Elétrica**

**Na modalidade pregão, instituída pela Lei n.º 10.520/2002**

O orçamento detalhado do objeto da licitação não deve constar do termo de referência.

**FALSO**



**Lembre-se!**

Termo de referência é equivalente ao Projeto básico. Nos dois é obrigatório o detalhamento das informações!

---

**QUESTÃO  
43**

**2016-CESPE-TCE/PA**

**Com relação à organização administrativa e às licitações, julgue o próximo item.**

Situação hipotética: Determinado tribunal de contas, para comemorar o aniversário de sua criação, realizará um evento no qual está prevista a apresentação de renomado músico nacional. Assertiva: Nessa situação, a contratação do referido músico configura hipótese de inexigibilidade de licitação, por se tratar de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública.



**De acordo com a Lei 8666/93:**

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Vejamos o ensinamento da doutrina:

"A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável."

**QUESTÃO**

**44**

**2016-CESPE-TCE/PA-Auditor de Controle Externo - Área Administrativa Administração**

**Com relação à licitação pública, julgue o item seguinte.**

Declarado o vencedor da licitação, na modalidade pregão qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso.

**FALSO**



**Cuidado!**

Na Lei 10.520/02:

- ✓ Qualquer "licitante" apresenta "razões do recurso" até 3 dias (depois de declarado o vencedor) (art.4º, XVIII)
- ✓ Demais "licitantes" apresentam "contra- razões do recurso" até 3 dias (art.4º, XVIII)

Na Lei 8.666/93:

- ✓ Qualquer "cidadão" impugna edital com irregularidades até 5 dias úteis ANTES da data para abertura dos envelopes de habilitação (art.41,§1º)
- ✓ A "administração" responde a impugnação até 3 dias úteis (art.41,§1º)
- ✓ O "licitante" que não impugnar até 2º dia útil ANTES da abertura dos envelopes de habilitação, decairá do direito (art.41,§2º)

**QUESTÃO  
45**

**2015-CESPE-TCU-Auditor Federal de Controle Externo - Conhecimentos Gerais**

**Com base nas normas que regulam as licitações e os contratos administrativos, julgue o item seguinte.**

É possível a licitação na modalidade pregão pelo critério técnica e preço, desde que o bem ou serviço seja considerado comum.

FALSO



O pregão pode ser usado para **qualquer valor** de contrato e somente admite o tipo de licitação **menor preço**.

**Lei 10.520, art 4º:**

X- para julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de menor preço**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

---

QUESTÃO

46

## 2015-CESPE-TCU-Auditor Federal de Controle Externo

**Com base nas normas que regulam as licitações e os contratos administrativos, julgue o item seguinte.**

Dado o princípio da isonomia, é vedado atribuir preferências para bens e serviços produzidos e prestados no Brasil, ou por empresas brasileiras, mesmo que se trate de critério de desempate em procedimentos licitatórios, situação que deverá ser resolvida por sorteio.

FALSO



A lei 8666 admite, **SIM**, essas preferências. Vejamos então o artigo 3º§2º:

Art. 3 § 2o Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País

Depois de realizada todas as tentativas acima será feito sorteio!

Vejamos o que diz a lei:

Art. 45 § 2o No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2o do art. 3o desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

---

QUESTÃO  
47

**2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo**

**A respeito de licitações, julgue o item que se segue.**

O prazo de validade das propostas no pregão será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital pertinente.



Essa questão reproduziu a “letra” da Lei 10.520/02.

Vejamos:

Art. 6º O prazo de validade das propostas será de **60 (sessenta) dias**, se outro não estiver fixado no edital.

Vamos ler e revisar a ‘lei do pregão’, ela é pequena, porém cheia de nuances. As bancas adoram cobrá-la.

---

## 2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo

A respeito de licitações, julgue o item que se segue.

Será dispensável a licitação caso haja inviabilidade de competição.

**FALSO**



Nesse caso será **inexigível a licitação**. Isso confunde muito!

Vamos facilitar um pouco.

**Lei 8666/93, art. 25:**

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

**Resumindo:**

- ✓ **Inexigível**, pode fazer licitação, mas não tem competição. Existe inviabilidade de competição (o rol exemplificativo).
- ✓ **Dispensável**, faculta-se o uso da licitação. **É como se a lei dissesse:**
  - faça se quiser!
- ✓ **Dispensada**, plenamente viável, mas a lei veda o seu uso. **É como se a lei dissesse:**
  - não faça!

## 2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo

A respeito de licitações, julgue o item que se segue.

É inexigível a licitação em caso de guerra ou de grave perturbação da ordem.

FALSO



Art. 24. “É dispensável a licitação:

III – “nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

QUESTÃO

50

## 2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo

**A respeito de licitações, julgue o item que se segue.**

Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei, devendo a administração pública, caso a impugnação seja protocolada no prazo da lei, julgá-la e respondê-la em até três dias úteis.



VERDADEIRO

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1o **Qualquer cidadão** é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, **devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação**, devendo a **Administração julgar e responder** à impugnação em **até 3 (três) dias úteis**, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

QUESTÃO

51



## 2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo

**A respeito de licitações, julgue o item que se segue.**

Dado o princípio da adjudicação compulsória, a administração não pode, concluída a licitação, atribuir o objeto desse procedimento a outrem que não o vencedor.



**Vamos revisar?**

- ✓ Adjudicação Compulsória é um ato vinculado da Administração.
- ✓ Gera ao vencedor do certame expectativa de direito ao futuro contrato.

Hely Lopes Meirelles ensina que:

"O princípio da adjudicação compulsória ao vencedor impede que a Administração, concluído o procedimento licitatório, atribua seu objeto a outrem que não o legítimo vencedor. **A adjudicação ao vencedor é OBRIGATÓRIA, salvo se este desistir expressamente do contrato [...], e desde que comprove justo motivo.**"

---

REG. JURÍDICO DOS SERVIDORES – LEI  
8.112/90

---

**QUESTÃO  
52**

**2017-CESPE-TRF/1 Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio**

**Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.**

Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.



Conforme a Lei 8.112/90:

Ao servidor é proibido participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

A vedação acima não se aplica quando o servidor estiver no gozo de licença para o trato de interesses particulares.

Pode poderá ser concedida a licença desde que o servidor não esteja em período de estágio probatório.

Ah, é interessantes ressaltar que durante o período (de até 3 anos consecutivos) o servidor não será remunerado.

A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou a interesse do serviço público.

**QUESTÃO**

**53**

**2017-CESPE-TRF/1- Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio**

Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Em 2015, Mateus, servidor público, na presença de vários outros servidores, insubordinou-se gravemente em serviço.

Assertiva: Nessa situação, Mateus poderá ser demitido do serviço público e a ação disciplinar relativa a esse fato prescreverá em 2020; no entanto, a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição daquela ação até a decisão final a ser proferida pela autoridade competente.



Insubordinação grave em serviço é passível de **DEMISSÃO** (art. 132, “VI” da Lei 8.112/90)

A prescrição ocorrerá em **5 anos** a contar do conhecimento do fato pela autoridade competente. ( art. 142, “I” e §3º)

### Veja também:

Art. 110. O direito de requerer prescreve:

I - em **5 (cinco) anos**, quanto aos atos de **demissão** e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.

3º: "a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição daquela ação até a decisão final"

---

A instauração do PAD **interrompe a prescrição**, ou seja, **para e volta para o 0**.

## 2017-CESPE-TRF/1- Conhecimentos Básicos - Cargos de Nível Médio

**A respeito do tratamento constitucional dispensado à administração pública e aos servidores públicos, julgue o item a seguir.**

A avaliação especial de desempenho, obrigatória para que servidor adquira a estabilidade, será realizada pelo superior direto do servidor: não há a necessidade de se instituir comissão específica para esse fim.

**FALSO**



**Veja a resposta na Lei 8.112/90:**

Art.20, §1 4 meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a **avaliação** do desempenho do servidor, **realizada por comissão constituída para essa finalidade**, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

**QUESTÃO  
55**

**2017-CESPE-TRF/-Técnico Judiciário - Área Administrativa**

**Considerando as Leis n. 8.112/1990, 8.429/1992 e 9.784/1999, normas nacionais que regulam o direito administrativo, julgue o item subsecutivo.**

Situação hipotética: Sérgio, aprovado em concurso público, foi nomeado em vinte de outubro de 2015. Um ano e dois meses depois, após ter sido aprovado em outro concurso público, entrou em exercício no novo órgão público no dia quinze de janeiro de 2017. No entanto, durante o estágio probatório, ele se arrependeu da nova investidura e decidiu retornar ao cargo que havia ocupado anteriormente. Assertiva: Nessa situação, Sérgio terá direito a retornar ao cargo anteriormente ocupado em virtude do instituto da recondução.

**FALSO**



**Nos termos da Lei 8112/90, a recondução ocorre em duas hipóteses:**

- ✓ Na reintegração do ocupante do cargo e
- ✓ na inabilitação de estágio probatório.

Além disso, o servidor **DEVE SER ESTÁVEL** para que possa usufruir da recondução enquanto durar o estágio probatório do novo cargo.

Portanto, **Sérgio NÃO terá direito a retornar** ao cargo anteriormente ocupado, já que não era estável.

---

**QUESTÃO  
56**

**2017-CESPE-TRF/1- Técnico Judiciário - Área Administrativa**

## A respeito dos agentes públicos, julgue o item seguinte

Para que pessoas físicas que colaboram com o poder público sejam consideradas agentes públicos é necessário que elas, obrigatoriamente, tenham vínculo empregatício com a administração pública e sejam por esta remuneradas, como ocorre, por exemplo, com os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos.

FALSO



Quem falou que o agente precisa, necessariamente, estar sendo remunerado?

Elucidamos o conteúdo da assertiva no artigo 2º da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92).

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente **ou sem remuneração**, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

A expressão agentes públicos é de sentido amplo.

Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado.

Essa função **pode ser remunerada ou gratuita**, definitiva ou transitória, política ou jurídica, conforme a legislação.

QUESTÃO

57

2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

**Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.**

Situação hipotética: Carlos trabalha em atividade considerada insalubre e perigosa e faz jus ao recebimento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Assertiva: Nesse caso, Carlos deverá optar por um deles, sendo-lhe vedado acumular os dois adicionais



**Vamos ao artigo que responde (Lei 8.112/90):**

O servidor que pelas circunstâncias fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles, não podendo perceber ditas vantagens cumulativamente (art. 68, § 1.º).

**QUESTÃO  
58**

## **2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos**

**Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.**

O tempo de serviço público prestado a estado, a município ou ao Distrito Federal será contado, para todos os efeitos, no âmbito federal.

**FALSO**



Apenas para aposentadoria e disponibilidade!

**Vejamos na Lei:**

Art. 103. Contar-se-á apenas para efeito de **aposentadoria e disponibilidade:**

I - o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal;

## 2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Caso o servidor público tenha causado danos ao poder público, a obrigação de reparar tais danos estende-se aos seus sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.



Para ficarmos “afiado” quanto a isso, devemos analisar sobre três ângulos:

### Constituição Federal:

Art. 5º, XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

### Lei de Improbidade:

Lei 8.429/92 Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

### Estatuto Federal:

Lei 8.112/90. Art. 122. § 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Portanto, não resta dúvidas sobre a exatidão da assertiva. 😊

---



## 2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Somente nos casos previstos em lei poderá haver a prestação gratuita de serviços ao poder público.



Vejamos a o artigo 4º da Lei 8.112/90:

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

A regra é a proibição da prestação gratuita, a exceção são os casos previstos em lei.

## 2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.

Em face da garantia da estabilidade, o servidor público estável só perderá o cargo por força de decisão judicial.

FALSO



De acordo com a Lei 8.112/90 (o que a questão pediu), vejamos o erro:

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de **sentença judicial transitada** em julgado ou de **processo administrativo disciplinar** no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

**Isto já seria necessário para encontrar o erro da questão!**

Se não direcionasse a lei, teríamos mais hipóteses.

A **Constituição Federal**, ao versar sobre esse assunto, amplia essas possibilidades e traz **4 hipóteses** de perda do cargo.

**São elas:**

- ✓ em virtude de sentença judicial transitada em julgado (CF, art. 41, § 1º, I);
- ✓ mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa (CF, art. 41, § 1º, II);
- ✓ mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (CF, art. 41, § 1º, III);
- ✓ por excesso de despesa com pessoal.

Gente, tomem bastante cuidado com as expressões: só, somente, sempre, nunca...

---

**QUESTÃO  
62**

**2016-CESPE-DPU-Agente Administrativo - Conhecimentos Básicos**

**Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item a seguir.**

Além do vencimento, poderão ser pagos ao servidor indenizações, gratificações e adicionais, vantagens que serão incorporadas ao seu vencimento.

**FALSO**



De acordo com a Lei 8.112/90, vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. Acrescenta a lei que, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- ✓ indenizações;
- ✓ gratificações;
- ✓ adicionais.

Temos que decorar o seguinte:

- ✓ **Indenizações NÃO** se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- ✓ As **gratificações e os adicionais, SIM**, incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

As indenizações **NÃO** se incorporam a remuneração. 😊

---

QUESTÃO  
63

## 2015-CESPE-TCU-Técnico Federal de Controle Externo - Conhecimentos Básicos

No que se refere aos princípios e conceitos da administração pública e aos servidores públicos, julgue o próximo item.

A vedação ao acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende aos empregados das sociedades de economia mista.

FALSO



Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

## 2019 faz *toc toc*

2019 faz *toc toc*.

Muitos planos escritos no início do ano distanciaram-se.

Surgiram os desestímulos e desesperanças.

A rotina de estudos que em janeiro era constante, engajada e promissora, hoje arrasta-se num fluxo mais lento e, para alguns, desmotivado.

Quais são os motivos?

Inúmeros podem ser apontados!

Um cinema não programado no meio da semana; as viagens; as datas comemorativas; as saídas constantes com os amigos e as famigeradas comemorações (do aniversário do *pet* do vizinho ao casamento do amigo do amigo do amigo); os infundáveis debates políticos. São muitos os algozes que retiram as essenciais e indispensáveis horas de estudos perdidas.

Alguns motivos mais sérios e justificáveis também surgiram, eu sei. Faz parte da álea da vida e são passíveis de baterem na porta de todos. Porém, poucos intransponíveis, legitimadores de uma pausa da caminhada rumo à sonhada aprovação.

Vindos os motivos, agora é o momento de refletir. Você entende que a decisão de estudar para concursos é muito séria? Duas ou três horas por dia, sem constância, sem disciplina, com pausas contínuas, vai aprová-lo? Seria justo aceitarmos que um juiz decidisse o nosso destino, um promotor denunciasse um semelhante, um Defensor fosse o responsável em restabelecer a liberdade de outrem com apenas um estudo superficial de 2 horas diárias, sem constância e abdicação?

Não!

Não é simples como muitos apontam.

O verdadeiro estudo, aquele que te aprovará, vai te exigir o máximo de horas do seu dia (ou até madrugada), num período de 365 dias (incluindo natal e ano novo!), somando-se ínfimas interrupções e disciplina militar.

Poderia dizer que é simples, que é possível conciliar todos os passatempos, lazer, família, vida social e tantas outras atividades que deixam nossa existência mais leve e menos desgastante.

Contudo, não é assim que eu penso e não foi assim que conquistei minha aprovação.

Pelo contrário, entendo que não haverá êxito sem máxima abdicação, constância, entrega e mergulho profundo.

Ainda temos DOIS meses para encerrar o ano, turma!

Temos tempo para devorar livros, apostilas, exercícios, jurisprudências e cursos até o dia 31 de dezembro!



Não desanime!

Levante a cabeça!

Imagine que novembro é JANEIRO!

Não deixe o ano escapar!

Não transfira o que pode ser feito hoje para uma lista de desejos que você ainda fará no apagar das luzes de dezembro!

Não jogue a toalha!

Recobre as suas metas e dê continuidade ao seu propósito!

Tire todo o desalento e desmotivação, tire toda a negatividade da cabeça e encerre o seu 2018 com uma gostosa sensação de que FOI UM ANO QUE VALEU A PENA, beleza?

Esse é o meu recado e o textão foi inevitável!

Sucesso a todos (as)!

Desejo do fundo do meu coração a aprovação de cada membro do #timedosferas, guerreiros e guerreiras integrantes desta família, dona de muitas horas do meu 2017/2018, chamada CEJURNORTE!

E, acima de tudo, lembrem-se:

O seu maior concorrente é você!

*André Epifanio*

Promotor de Justiça do Amazonas